



**EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA  
EMAP**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA  
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2019**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019**

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

**EMAP – EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA**

Av. dos Portugueses s/nº - CEP 65085-370

Porto do Itaqui, São Luís, Maranhão

**1) Opinião com ressalva:**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **EMAP – EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da **EMAP – EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA**, em 31 de dezembro de 2019, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**2) Base para Opinião com Ressalva**

**2.1. Provisão para Contingências Judiciais– Resolução nº 1.180/2009**

Identificamos que a Companhia não registra as contingências tributárias no montante de R\$ 644.680,20, administrativa de R\$ 287.734,05. Assim, faz-se necessário contabilizar as Contingências conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 25 – “Provisões - passivos contingentes e ativos contingentes” que classifica as contingências segundo o risco de um desfecho desfavorável, como: (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas em nota explicativas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas que não requerem provisão nem divulgação. Isto posto ficamos impossibilitados de opinar, como de fato não opinamos sobre os necessários provisionamentos e suas contrapartidas, assim como, seus efeitos em contas de resultado do exercício e consequentemente no Patrimônio Líquido.

**2.2. Subvenção e Assistências Governamentais - Resolução nº 1.305/10 do CFC**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 o saldo da rubrica de “Convênios a Comprovar” no Passivo Não Circulante no total de R\$ 337.522.098,63 relativos aos recebimentos destinados a aplicação em obras de infraestrutura na região do Porto do Itaqui, encontram-se em sua maioria com as obras

concluídas e aguardando aprovação das prestações de contas. A empresa não vem reconhecendo a realização das correspondentes receitas de subvenção para investimento. De acordo com a Resolução nº 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a NBC TG 07 – Subvenção e Assistências Governamentais, os recursos recebidos a título de subvenção para investimentos, somente quando atendidos os requisitos para seu reconhecimento, devem ser baixados em conta de resultado de acordo com os mesmos critérios de realização das depreciações dos bens imobilizados a que estejam vinculados.

### **2.3. Saldos Iniciais não auditados por auditores independentes – NBC TA 510 (R1) do CFC.**

Deixamos de opinar sobre os saldos iniciais das demonstrações contábeis sob nosso exame, pois, o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foi objeto de análises de auditores independentes. Os procedimentos alternativos previstos na NBC TA 510 (R1) para auditoria de Saldos Iniciais, implicam na ampliação do escopo para o exercício anterior e na aplicação de horas adicionais de auditoria não previstas e portanto não cobertas por nosso contrato de prestação de serviços. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a **EMAP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **EMAP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **EMAP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **EMAP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### 4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **EMAP**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **EMAP** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



## 5) Outros Assuntos

### 5.1 Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

#### 5.1.2 Relatório de Gestão

A administração da EMAP é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

São Luis, 29 de abril de 2020

#### AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O

  
**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**

Contador - CRC/MA 010483/O-9

Sócio Sênior

  
**Phillipe de Aquino Pereira**

Contador - CRC/MA 028157/O-2

  
**Thomaz de Aquino Pereira**

Contador - CRC/MA 021100/O-9



**Empresa Maranhense de Administração**  
**Portuária – EMAP**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**2019**

## **Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP**

### **BALANÇO PATRIMONIAL**

**2019**

#### **Sumário**

<b>Balanço patrimonial .....</b>	<b>2</b>
<b>Demonstração do resultado .....</b>	<b>3</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente .....</b>	<b>4</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....</b>	<b>5</b>
<b>Demonstração do fluxo de caixa – Modelo indireto .....</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do valor adicionado.....</b>	<b>7</b>
<b>Notas explicativas .....</b>	<b>8 - 25</b>



**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**

**Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

*(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	Notas	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		84.870	8.297	Fornecedores	16	1.514	1.281
Valores de Terceiros	11	895	858	Folha de pagamento/Provisões/Encargos		5.007	4.743
Clientes Líquido de PCLD	12	10.779	10.470	Impostos e contribuições a recolher	17	5.166	4.562
Adiantado		125	146	Recursos de Convênios a Comprovar	18	-	703
Impostos e contribuições a recuperar	13	11.826	11.794	Juros sobre capital próprio	21	52.151	23.626
Outras contas a receber		3.354	3.404	Provisão participação nos resultados		7.195	5.635
				Provisão para contingências	19	1.402	2.010
				Receita diferida	20	6.081	6.081
				Outras contas a pagar	21	4.116	2.446
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>111.849</b>	<b>34.970</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>82.631</b>	<b>51.085</b>
<b>Não circulante</b>							
Clientes Líquido de PCLD	12	266	590	Receita diferida	20	97.804	103.884
Imobilizado	14	914.415	889.978	Convênios a comprovar	18	337.522	336.819
Intangível	15	24.356	23.296				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>939.037</b>	<b>913.864</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>435.326</b>	<b>440.703</b>
				<b>Patrimônio Líquido</b>	22		
				Capital Social		350.781	331.714
				Reservas de lucro		182.149	125.331
				Lucro do período		-	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>532.930</b>	<b>457.045</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.050.886</b>	<b>948.834</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>1.050.886</b>	<b>948.834</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Maranhense de Administração Portuária – Porto do Itaqui – São Luís – MA – Brasil

CEP: 65085-370 – e-mail: itaqui@emap.ma.gov.br – Site: www.emap.ma.gov.br

Tel.: 55(0\*\*98) 3216-6000 – Fax: 55 (0\*\*98) 3216-6060/3222-4756 CNPJ: 03.650.060/0001-48

**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**  
**Demonstração do resultado**  
**Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de Reais)*

	Notas	Acumulado	
		31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita Líquida</b>	<b>7</b>	<b>232.847</b>	<b>204.346</b>
<b>Custos operacionais</b>	<b>8</b>	<b>(61.565)</b>	<b>(54.052)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>171.281</b>	<b>150.294</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>9</b>	<b>(56.266)</b>	<b>(57.050)</b>
Pessoal/Encargos e Benefícios		(39.641)	(39.384)
Despesas Gerais		(14.678)	(17.181)
Despesas com Materiais		(332)	(277)
Provisão para Contingências		308	(86)
Outras Despesas/Reversões		(1.923)	(122)
<b>Depreciação e Amortização</b>		<b>(5.951)</b>	<b>(3.572)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(25.206)</b>	<b>(11.773)</b>
Receitas Financeiras		3.445	12.229
Despesas Financeiras		(28.650)	(24.003)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>83.858</b>	<b>77.898</b>
<b>Tributos sobre o Lucro</b>	<b>10</b>	<b>(27.040)</b>	<b>(16.111)</b>
(-) Provisão para Contribuição Social		(7.644)	(7.163)
(-) Provisão para IRPJ		(20.700)	(19.396)
(+) Receita de Subvenção - Redução IRPJ		1.304	10.448
<b>Lucro do período</b>		<b>56.818</b>	<b>61.788</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**

**Demonstração do resultado abrangente**

**Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

*(Em milhares de Reais)*

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Lucro do exercício</b>	<u>56.818</u>	<u>61.788</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>	<u><u>56.818</u></u>	<u><u>61.788</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de Reais)*

	Reserva de Lucros					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>334.589</b>	<b>14.522</b>	<b>9.236</b>	<b>39.785</b>	<b>-</b>	<b>398.132</b>
Capitalização em Imóveis/Terrenos	277.125	-	-	-	-	277.125
Lucro do exercício	-	-	-	-	61.788	61.788
Constituição de reserva legal	-	3.089	-	-	(3.089)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	10.448	-	(10.448)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	48.250	(48.250)	-
Redução do Capital Social	(280.000)	-	-	-	-	(280.000)
<b>Em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>331.714</b>	<b>17.611</b>	<b>19.684</b>	<b>88.035</b>	<b>-</b>	<b>457.045</b>
Incorporação de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Capitalização de reservas	-	-	-	-	-	-
Capitalização em Imóveis/Terrenos	19.067	-	-	-	-	19.067
Lucro do exercício	-	-	-	-	56.818	56.818
Constituição de reserva legal	-	2.841	-	-	(2.841)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	1.304	-	(1.304)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	52.673	(52.673)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>350.781</b>	<b>20.452</b>	<b>20.988</b>	<b>140.708</b>	<b>-</b>	<b>532.930</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Empresa Maranhense de Administração Portuária** – Porto do Itaqui – São Luís – MA – Brasil  
 CEP: 65085-370 – e-mail: itaqui@emap.ma.gov.br – Site: www.emap.ma.gov.br  
 Tel.: 55(0\*\*98) 3216-6000 – Fax: 55 (0\*\*98) 3216-6060/3222-4756 CNPJ: 03.650.060/0001-48





**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto**  
**Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais)

	<b>Acumulado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	56.818	61.788
Imposto de renda	20.700	19.396
Contribuição social	7.644	7.163
Receita de Subvenção - Redução IRPJ	(1.304)	(10.448)
<b>Lucro líquido do exercício antes dos impostos</b>	<b>83.858</b>	<b>77.898,25</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>		
Depreciação e amortização	5.951	3.572
Valor do ativo imobilizado baixado	-	1.170
Receita de subvenção - Redução IRPJ	1.304	10.448
Reversão de contingências	(608)	(1.437)
	<b>6.647</b>	<b>13.752,52</b>
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>		
Clientes	15	(5.338)
Almoxarifado	21	(59)
Impostos e contribuições a recuperar	(31)	218
Valores de Terceiros	(37)	928
Outros créditos a receber	50	(513)
	<b>18</b>	<b>(4.763)</b>
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>		
Fornecedores	233	(1.680)
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	265	64
Impostos e contribuições a recolher	604	84
Tributos sobre o lucro	(28.344)	(26.558)
Juros sobre capital próprio	28.525	(363)
Participação nos lucros	1.560	(771)
Receita diferida	(6.081)	(6.081)
Outras contas a pagar	1.670	(1.339)
	<b>(1.569)</b>	<b>(36.645)</b>
<b>Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>88.955</b>	<b>50.242</b>
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>88.955</b>	<b>50.242</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições no ativo imobilizado Próprio	(30.388)	(303.870)
Aquisições no ativo intangível Próprio	(1.061)	-
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>(31.448)</b>	<b>(303.870)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Redução de Capital Social	-	(2.875)
Variação de Capital Social	19.067	-
Devolução de recursos da União	-	(1.190)
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamento</b>	<b>19.067</b>	<b>(4.065)</b>
<b>Disponibilidades aplicadas no período</b>	<b>76.573</b>	<b>(257.693)</b>
<b>Demonstração do aumento/redução nas disponibilidades</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.297	265.990
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	84.870	8.297
<b>Variação nas disponibilidades</b>	<b>76.573</b>	<b>(257.693)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**  
**Demonstrações do Valor Adicionado**  
**Em 31 de Dezembro de 2019 E 2018**  
*(Em milhares de Reais)*

	<b>Acumulado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receitas</b>	266.667	233.216
Receita da operação portuária	198.996	172.654
Receita de arrendamento	66.605	58.605
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa/Reversão	830	-
Outras receitas	235	1.957
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	(53.227)	(50.860)
Custos dos serviços prestados	(35.859)	(33.193)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.368)	(17.667)
<b>Valor adicionado bruto</b>	213.439	182.356
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	(5.951)	(3.572)
<b>Valor Adicionado líquido produzido pela entidade</b>	207.489	178.785
<b>Valor adicionado recebido em transferências</b>	3.613	12.229
Receitas financeiras	3.613	12.229
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	211.101	191.014
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	211.101	191.014
<b>Pessoal</b>	56.408	51.718
Remuneração direta	44.233	40.551
Benefícios	9.462	8.585
F.G.T.S.	2.713	2.582
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	69.225	53.506
Federais	60.761	46.208
Estaduais	44	-
Municipais	8.420	7.297
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	125	377
Despesas financeiras	125	377
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	85.344	85.413
Juros sobre capital próprio	28.525	23.626
Lucros do período	56.818	61.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Empresa Maranhense de Administração Portuária** – Porto do Itaqui – São Luís – MA – Brasil  
 CEP: 65085-370 – e-mail: [itaqui@emap.ma.gov.br](mailto:itaqui@emap.ma.gov.br) - Site: [www.emap.ma.gov.br](http://www.emap.ma.gov.br)  
 Tel.: 55(0\*\*98) 3216-6000 – Fax: 55 (0\*\*98) 3216-6060/3222-4756 CNPJ: 03.650.060/0001-48

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 1. Informações Gerais e contexto operacional

A Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP é uma empresa pública estadual, com personalidade jurídica de direito privado, constituída pela Lei Estadual nº 7.225, de 31 de agosto de 1998, alterada pelo art. 66 da Lei Estadual nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, com sede e foro na Avenida dos Portugueses, s/n – Porto do Itaqui – São Luís – MA.

A EMAP é denominada autoridade portuária conforme Lei nº 12.815 de 05 de junho de 2013, em harmonia com as diretrizes do Governo Federal, por força de Convênio de Delegação Nº 016/2000 celebrado entre a União e o Estado do Maranhão com prazo de 25 anos e seu estatuto social, possuindo autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira e tem como atividade preponderante a administração e exploração do Porto Organizado do Itaqui, do Cais de São José de Ribamar, dos Terminais de Ferry-Boat da Ponta da Espera e do Cujupe.

### 2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi aprovada e autorizada para publicação, conforme pareceres emitidos pelos Conselhos Fiscal e de Administração da EMAP.

### 3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em Real, que é a moeda funcional da empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.





#### **4. Uso de julgamentos e estimativas**

##### **a. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração não fez julgamentos que tenham efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

##### **b. Estimativas e Premissas**

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

#### **5. Principais políticas contábeis**

##### **5.1. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### **a. Prestação de Serviços**

A receita de utilização da infraestrutura portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias são reconhecidas à medida que os serviços são prestados.

**b. Receita de aluguel**

Receita de aluguel é resultante de arrendamentos de bens próprios, contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos registrados em contrato. O valor é composto de uma parcela fixa (outorga fixa) e de uma parcela variável (outorga variável), quando aplicável a clientes com movimentação de cargas na área arrendada.

**5.2. Imposto de renda e contribuição social – correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

**a. Imposto sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, arrendamentos e prestação de serviços, exceto:

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com os valores dos impostos sobre vendas, arrendamentos e prestação de serviços;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

**5.3. Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício estão sendo cumpridas pela empresa. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.



## 5.4. Imobilizado

### a. Reconhecimento e Mensuração

O itens do ativo imobilizado são apresentados pelo custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, bem como quaisquer custos necessários para colocar o ativo no local e na condição adequada, para que este seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

Peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período ou se puderem ser utilizados apenas em conexão com itens do ativo imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### b. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela empresa.

### c. Depreciação

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas são anuais, calculadas pró-rata mensalmente, como segue:

<u>Espécie</u>	<u>Taxa Anual</u>
Edificações portuárias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos marítimos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	25%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### **5.5. Arrendamentos de Bens**

O contrato de arrendamento de bens está baseado em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos de bens para os quais a Empresa não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel.

### **5.6. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

### **5.7. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.



Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem liquidez no curto prazo.

## **5.8. Provisões**

### **a. Geral**

São obrigações presentes (legal ou não formalizada), derivadas de eventos passados e reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a Empresa espera que o valor do desembolso necessário para liquidar uma provisão seja reembolsado por terceiros, no todo ou em parte, como nos contratos de seguros por exemplo, o reembolso será reconhecido somente quando for praticamente certo que este será recebido, assim o reembolso deve ser tratado como um ativo separado e este valor não poderá ultrapassar ao valor da provisão.

A despesa relativa a provisão pode ser apresentada na demonstração do resultado, líquida de reembolso.

### **b. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para todas as contingências referentes aos processos para os quais é considerado a expectativa de perda provável, e que possa ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais

recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

## 6. Análise Econômica – Financeira

### Índices de Liquidez

	31/12/2019	31/12/2018
Liquidez Imediata = Disponível / PC	1,03	0,16
Liquidez Corrente = AC / PC	1,35	0,68
Liquidez Geral = (AC + ANC) / (PC + PNC)	2,03	1,93
Endividamento Geral = C. Terc. / Pas. Total	0,49	0,52
Composição da Dívida = PC / C. Terc.	0,16	0,10
Grau de Imobilização = "AP" / PL	1,76	2,00
Grau de Imob. Rec. N. Cor. = AP / (PL + PNC)	0,97	1,02

### Indicadores de rentabilidade

	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA	115.015	93.243
Margem EBITDA (EBITDA/Rec. líquida)	49%	46%
EBITDA sobre o Patrimônio Líquido	21%	20%
Margem bruta (Lucro bruto/Rec. líquida)	74%	74%
Margem líquida (Lucro líquido /Rec. líquida)	24%	30%
ROI = LL / Ativo (a)	5,39%	6,51%
ROE = LL / PL (b)	11,03%	13,52%

(a) Return on investment

(b) Return on equity

## 7. Receita Líquida

	Acumulado		Variação	
	31/12/2019	31/12/2018	R\$	%
<b>Receita bruta</b>	<b>265.836</b>	<b>233.216</b>	<b>32.620</b>	<b>14%</b>
Tarifas/Serviços	198.996	172.654	26.342	15%
Arrendamento	60.524	52.524	8.000	15%
Arrendamento TEGRAM	6.081	6.081	-	0%
Outras Receitas	235	1.957	(1.722)	-88%
<b>Deduções da receita</b>	<b>(32.990)</b>	<b>(28.870)</b>	<b>(4.120)</b>	<b>14%</b>
Impostos s/ Faturamento	(32.990)	(28.870)	(4.120)	14%
<b>Receita Líquida</b>	<b>232.847</b>	<b>204.346</b>	<b>28.500</b>	<b>14%</b>



Em dezembro/19 no demonstrativo acumulado, tivemos uma variação percentual na Receita Bruta e Receita Líquida de 14%. Este aumento deve-se ao incremento na movimentação de cargas de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se as movimentações de cargas de combustíveis, milho, carvão e fertilizantes.

## 8. Custos Operacionais

	Acumulado		Variação	
	31/12/2019	31/12/2018	R\$	%
Custos com Pessoal	25.706	20.859	4.847	23%
Custos com Infraestrutura Portuária	6.297	5.368	930	17%
Custos Gerais	25.037	23.137	1.900	8%
Custos com Materiais	659	908	(248)	-27%
Custos com Serviços Essenciais	2.985	2.931	53	2%
Outros Custos	881	849	32	4%
<b>Total</b>	<b>61.565</b>	<b>54.052</b>	<b>7.513</b>	<b>14%</b>

## 9. Despesas Administrativas

	Acumulado		Variação	
	31/12/2019	31/12/2018	R\$	%
Pessoal/encargos e benefícios	39.641	39.384	257	1%
Despesas gerais	14.678	16.588	(1.910)	-12%
Materiais	332	277	55	20%
Serviços essenciais	659	593	66	11%
Provisão para contingências	(308)	86	(394)	-459%
Outras despesas não recorrentes/reversões	1.264	122	1.141	932%
<b>Total</b>	<b>56.266</b>	<b>57.050</b>	<b>(784)</b>	<b>-1%</b>

## 10. Impostos sobre o lucro – Alíquota efetiva

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está resumida a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018	R\$	%
<b>IRPJ e CSLL Correntes</b>				
Despesas de contribuição social corrente	7.644	7.163	481	7%
Despesa de imposto de renda Corrente	20.700	19.396	1.305	7%
Receita Subvenção - incentivo fiscal SUDENE	(1.304)	(10.448)	9.143	-88%
<b>Despesas de IRPJ e CSLL</b>	<b>27.040</b>	<b>16.111</b>	<b>10.929</b>	<b>68%</b>

As despesas com tributos sobre o lucro, sobre a renda e Receita de Subvenção, apresentam um crescimento de 68% em comparação com período 12/2018, esta variação deve-se à receita de subvenção que em 2019 foi inferior ao exercício de 2018.

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está descrita a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)</b>	<b>83.858</b>	<b>83.858</b>	<b>77.899</b>	<b>77.899</b>
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	20.965	7.547	19.475	7.011
<b>Adições:</b>				
Comemorações	-	-	-	-
Contribuições Sócio-Culturais e Patrocínios	1.307	1.307	-	-
Multas por infrações	22	22	1.510	1.510
Provisões p/ Contingências	-	-	86	86
Outras despesas não dedutíveis	56	56	94	94
	1.385	1.385	1.690	1.690
<b>Exclusões:</b>				
Reversão das provisões	308	308	-	-
Base do Imposto Adicional	-	-	-	-
	308	308	-	-
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>21.210</b>	<b>7.644</b>	<b>19.873</b>	<b>7.163</b>
Incentivo PAT	(510)	-	(478)	-
Contribuições Sócio-Culturais Lei Rouanet	-	-	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>20.700</b>	<b>7.644</b>	<b>19.395</b>	<b>7.163</b>
<b>Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)</b>				
(+) IRPJ Subvenção Governamental	(1.304)	-	(10.448)	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>19.396</b>	<b>7.644</b>	<b>8.947</b>	<b>7.163</b>
<b>Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido</b>	<b>23%</b>	<b>9%</b>	<b>11%</b>	<b>9%</b>

## 11. Aplicação financeira de valores de terceiros

Quanto às aplicações de valores de terceiros referem-se a:

I) R\$ 895 mil de fornecedores em garantia contratual (caução) a ser devolvido ao término dos contratos, nos termos da Lei 8666/1993 Art. 56 § 4º. Estes valores são



atualizados mensalmente pelo índice da poupança, de modo a retratar fielmente o total da obrigação para com os prestadores de serviço que efetuaram depósito de caução.

## 12. Clientes

	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cliente	10.779	10.160	10.470	11.438
PCLD (*)	-	(9.894)	-	(10.848)
<b>Total</b>	<b>10.779</b>	<b>266</b>	<b>10.470</b>	<b>590</b>

(\*) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

### Composição do saldo de clientes por vencimento (a vencer e vencidos)

<u>Valores a Vencer</u>	31/12/2019	31/12/2018
Vencer em até 30dd	9.173	8.970
A Vencer entre 30 e 60 dd	117	61
A Vencer entre 60 e 90 dd	117	61
A Vencer entre 90 e 180 dd	318	182
A Vencer entre 180 e 360 dd	602	260
A Vencer mais de 360 dd	266	590
<b>Total (1)</b>	<b>10.593</b>	<b>10.124</b>

(ii)

<u>Valores Vencidos</u>	31/12/2019	31/12/2018
Atraso até 30 dias	414,73	648
Atraso de 31 à 60 dias	5,97	249
Atraso de 61 à 90 dias	13,69	36
Atraso de 91 à 180 dias	7,68	3
Atraso a mais de 180 dias	9.904	10.848
<b>Total (2)</b>	<b>10.346</b>	<b>11.784</b>

(iii)

<b>Total (1+2)</b>	<b>20.939</b>	<b>21.908</b>
--------------------	---------------	---------------

(i) Do montante, **R\$ 10.842** estavam em Ação Monitória.

(ii) Do montante, **R\$ 1.447** são parcelas de Acordos Judiciais com os clientes Gusa Nordeste, COSIMA, Guarany Siderurgia e Cia Vale do Pindaré.

(iii) Do montante, **R\$ 10.160** estão em Ação Monitória.

**13. Impostos e contribuições a recuperar/compensar**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
INSS	-	8
ISS	-	12
IRPJ	10.220	10.158
CSLL	1.606	1.606
Outros impostos	-	11
<b>Total</b>	<b><u>11.825</u></b>	<b><u>11.794</u></b>

**14. Imobilizado**

O conjunto de bens registrado no Ativo Imobilizado, em conformidade com o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, são Bens da União, cedidos sem contraprestação, e são classificados como bens reversíveis, por terem sido adquiridos no período de vigência do Ato de Delegação (Convenio de Delegação n.º 016/2000).

Os grupos de contas do ativo imobilizado são apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bens Imóveis	580.237	292.065
Bens Móveis	11.245	12.310
Bens Móveis Convênio	253	253
Bens em Montagem	7.458	7.290
Obras em Andamento ( * )	315.223	578.059
<b>Total Imobilizado</b>	<b><u>914.415</u></b>	<b><u>889.978</u></b>

( \* ) A Empresa mantém investimentos no grupo obras em andamento com recursos próprios e de terceiros, sendo que o mais relevante é a construção do berço 108. Em dezembro/2019 este investimento representa aproximadamente 13% do seu imobilizado.

Em 2019 houve incorporação de um terreno no valor de R\$ 19.067 mil, conforme Ofício nº 458/2019-GAB/SEINC, sob forma de integralização do capital social, bem como transferências do grupo obras em andamento, para bens imóveis no valor de R\$ 272.364 mil.

A mutação do imobilizado da EMAP está apresentada abaixo:

	31/12/2018	Adições	Depreciação	Transferências	31/12/2019
Benfeitorias em Imóveis	14.941	-	(3.259)	272.364	284.045
Terrenos	277.125	19.067	-	-	296.192
Móveis e Utensílios	1.410	-	(238)	-	1.173
Equipamentos de Informática	653	1.176	(479)	-	1.350
Máquinas e Equipamentos	9.098	450	(1.469)	-	8.079
Veículos	237	-	(92)	-	145
Defensas Marítimas e Cabeços	912	-	(413)	-	498
Bens Móveis - Convênio	253	-	-	-	253
<b>Subtotal</b>	<b>304.628</b>	<b>20.693</b>	<b>(5.951)</b>	<b>272.364</b>	<b>591.734</b>
<b>Obras em andamento</b>					
Recursos próprios	240.762	9.528	-	(25.772)	224.518
Recursos de Terceiros	337.297	-	-	(246.591)	90.706
Bens em Montagem	7.290	167	-	-	7.458
<b>Subtotal</b>	<b>585.349</b>	<b>9.695</b>	<b>-</b>	<b>(272.364)</b>	<b>322.681</b>
<b>Total</b>	<b>889.978</b>	<b>30.388</b>	<b>(5.951)</b>	<b>(272.364)</b>	<b>914.415</b>

Após revisão das informações cadastrais dos itens do Ativo Imobilizados, assim como conciliação entre os saldos das contas contábeis do balancete com o relatório extra contábil, os quadros abaixo apresentam o resultado do levantamento físico do Ativo Imobilizado, informando o valor que irá impactar no resultado após as ações de saneamento (baixa) sejam concluídas.

Obs.: As baixas relativas aos bens oriundos da CODOMAR não terão impacto no Resultado da EMAP, pois estão contabilizados em Conta Contábil de Compensação e estão totalmente depreciados.

**Resultado do Inventário do Ativo Imobilizado**  
**Obras em Andamento (classificação contábil)**

Grupos de Ativo	Obras em Andamento	Continua em Andamento	Imobilizar	Impacto no Resultado (Baixa)
Obras em andamento	521.805			
Obras que continuam em andamento		(60.531)		
Transferir para imobilizado			(456.406)	
Transferir para despesa				(4.869)
<b>Total</b>	<b>521.805</b>	<b>(60.531)</b>	<b>(456.406)</b>	<b>(4.869)</b>



**Revisão do Inventário do Ativo Imobilizado - Sobra Contábil  
BENS EMAP**

GRUPOS DO ATIVO	SOBRA CONTÁBIL MFC	REVISÃO COMAP / CCONT					
		Bens Encontrados / Identificados - Cód. Novo	Bens - Sucata	Bens - Inservíveis	Bens - Inativo Com Ocorrência - Leilão	Bens - Inativo Sem Ocorrência de Baixa	Bens Não Localizados
Equipamentos de informática	449	53	217	3	1	11	164
Equipamentos de segurança	42	1	41	0	0	0	0
Máquinas e equipamentos	464	115	158	5	0	2	184
Móveis e utensílios	1054	160	735	59	1	21	78
Urbanização e benfeitoria	5	0	0	0	0	0	5
Veículos	1	0	1	0	0	0	0
<b>TOTAL EM QUANTIDADE</b>	<b>2015</b>	<b>329</b>	<b>1152</b>	<b>67</b>	<b>2</b>	<b>34</b>	<b>431</b>

<b>TOTAL EMRS</b>	<b>5.201.091,04</b>	<b>828.151,46</b>	<b>1.411.717,36</b>	<b>31.110,43</b>	<b>695,00</b>	<b>32.592,00</b>	<b>2.896.824,79</b>
-------------------	---------------------	-------------------	---------------------	------------------	---------------	------------------	---------------------

**Revisão do Inventário do Ativo Imobilizado - Sobra Contábil  
BENS CODOMAR**

GRUPOS DO ATIVO	SOBRA CONTÁBIL MFC	REVISÃO COMAP / CCONT		
		Bens Encontrados	Bens Com Ocorrência - Leilão	Bens Não Localizados
Equipamentos de informática	109	0	0	109
Equipamentos de segurança	0	0	0	0
Máquinas e equipamentos	497	1	50	446
Móveis e utensílios	1121	40	68	1013
Urbanização e benfeitoria	382	0	0	382
Veículos	26	0	9	17
<b>TOTAL EM QUANTIDADE</b>	<b>2.135</b>	<b>41</b>	<b>127</b>	<b>1.967</b>

<b>TOTAL EMRS</b>	<b>39.568.753,56</b>	<b>3.197,85</b>	<b>5.427.434,73</b>	<b>34.138.120,98</b>
-------------------	----------------------	-----------------	---------------------	----------------------

**15. Intangível**

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2019</u>
Softwares e Direitos	23.296	1.061	-	-	24.356
<b>Total</b>	<b>23.296</b>	<b>1.061</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.356</b>

## 16. Fornecedores

FORNECEDORES	31/12/2019	%
Ag. Desenv. Sustent. C. Norte-ADECON	50	3%
Associação Nacional dos Exp. de Cereais	40	3%
Cia do Ar	35	2%
Internacional Marítima	184	12%
Maxtec Serviços Gerais e Man. Industrial	1.078	71%
S A da Silva e Cia (Quali Água)	42	3%
Outros	85	6%
<b>Total</b>	<b>1.514</b>	<b>100%</b>

## 17. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
ISS	777	784
INSS	1.235	1.153
FGTS	335	311
PIS	254	190
COFINS	1.173	878
IRPJ / CSLL	241	137
IRRF	996	907
Outros	155	201
<b>Total</b>	<b>5.166</b>	<b>4.562</b>

## 18. Convênios a comprovar

Convênios	Contrapartida	Concedente	Total Contrato	Repasse	Rendimentos	Utilizado (*)	Devolução	À utilizar	
DNIT/AQ/0173/2003-06	a.	26.691	240.219	266.910	240.219	17.567	250.549	7.237	-
DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00	b.	67	600	667	600	60	571	89	-
SEP/001/2007-05	c.	546	49.015	49.561	49.015	7.678	16.207	40.486	-
TERMO DE COMPROMISSO SEP/012/2011	d.	-	70.420	70.420	47.950	2.643	40.992	9.601	-
TERMO DE COMPROMISSO SEP/04/2014	e.	-	31.235	31.235	31.235	75	30.275	1.035	0
Total		27.304	391.489	418.793	369.019	28.023	338.594	58.448	0

(\*) Recursos utilizados referente ao concedente e rendimentos.

- a. **Convênio N° DNIT/AQ/0173/2003-06** – Tem por objetivo execução das obras de ampliação e melhoramento da infraestrutura portuária do Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 09/12/2003 a 31/03/2013, prorrogado para 31/01/2014.



Obras contempladas: Construção do Berço 100 e alargamento do Cais Sul; Recuperação dos Berços 101 e 102; Sistema de segurança e gerenciamento eletrônico - ISPS CODE; Modernização do sistema de atracação a laser e monitoramento ambiental do Porto; Projeto executivo das obras; Gerenciamento e fiscalização das obras. Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido em abril de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 7.237 mil. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP. Prestação de contas foi aprovada conforme ofício n.º1/2019/SNP/MTPA de 08/01/2019. Em 2019 houve transferência do grupo Obras em andamento para o grupo dos Ativo Imobilizado Bens Imóveis dos itens Recuperação dos Berços 101, 102; construção da Retroárea do Berço 101; construção do Berço 100 e instalação de defensas metálicas rodoviária no montante total de R\$ 272.364 milhões.

- b. **Convênio N.º DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00** – Tem por objetivo a construção e instalação portuária para inspeção fitossanitária e construção de complexo administrativo portuário no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2004 a 31/01/2006.

Obras contempladas: Posto Vigiagro; Prédio Centro de Negócios. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

- c. **Convênio N.º SEP/001/2007-05** – Tem por objetivo Execução de dragagem de parte do canal de acesso e junto aos Berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101. O prazo de vigência é de 21/12/2007 a 01/01/2011.

Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

- d. **Termo de compromisso SEP/012/2011** – Tem por objetivo execução de obras civis de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2011 a 28/02/2014. Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido em maio de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 9.601 mil. Prestação de contas final foi enviada para a Secretaria Especial de Portos – SEP e foi aprovada com ressalva de glosa de R\$ 1.882 mil conforme Ofício n.º 871/2018/SNP/MTPA de 05 de dezembro de 2018 e Parecer n.º 4/2018/SAEC-SNP/GABSNP/SNP de 29 de novembro de 2019.

- e. **Termo de Compromisso SEP/04/2014** – Tem por objetivo a conclusão da obra civil de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência encerrou em 24/12/2017, conforme 4º Termo Aditivo de Prorrogação. Em dezembro de 2017 foram finalizados os repasses para este Termo, totalizando o valor de R\$ 31.390 mil. Prestações de contas finais foram analisadas pela Secretaria Especial de Portos – SEP, e foram aprovadas conforme Ofício n.º 2/2019/SNP/MTPA de 08 de janeiro de 2019 e Parecer n.º 7/2018/SEAC-SNP/GABSNP/SNP de 03 de dezembro 2018.

#### 19. Provisão para contingências

AÇÃO	2019	2018	VARIAÇÃO
JUSTIÇA TRABALHISTA	606	900	(294)
JUSTIÇA COMUM	(914)	1.110	(2.024)
INFRAÇÕES	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>(308)</b>	<b>2.010</b>	<b>(2.318)</b>

#### 20. Receita Diferida

A Empresa mantém contratos de arrendamento operacional para operação (inclusive a construção) do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM com as empresas Terminal Corredor Norte S.A, Amaggi & LDC Terminais Portuários S/A, CGG Trading S.A e Glencore Serviços e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.

A remuneração desses contratos de arrendamento é composta por outorga fixa e outorga variável, que é paga mensalmente. Na data da assinatura dos contratos, foi paga à vista (antecipada) parte do arrendamento, que foi denominada de: 1) Oportunidade de Negócio no valor de R\$ 144.015 mil, e 2) Down Payments no valor de R\$ 7.680 mil. O total recebido à vista foi reconhecido como receita diferida – item 50 do CPC 06 - e está sendo apropriado (no resultado) de forma linear pelo prazo de arrendamento que é de 25 anos.



Abaixo a posição da receita diferida em 31 de dezembro de 2019.

	<b>Oportunidade de negócios</b>	<b>Down payment</b>	<b>Total</b>
Circulante	5.773	308	6.081
Não circulante	92.866	4.938	97.804
<b>Total</b>	<b>98.639</b>	<b>5.246</b>	<b>103.885</b>

## 21. Outras contas/créditos a pagar

Na composição do grupo Outras Contas a Pagar destacamos os seguintes pontos:

a) R\$ 1.114 mil concernentes aos valores caucionados retidos de fornecedores, sendo estes controlados por contratos individualmente;

b) R\$ 52.151 mil referente aos Juros sobre Capital Próprio (JCP) a Pagar Gov. Estado. Este valor corresponde à remuneração do capital do acionista, e decorre de uma ação de planejamento tributário onde reconhece uma despesa dedutível do IR que reduz o lucro contábil conforme previsto no art. 9º da nº Lei 9.249/95 com alterações feitas pelos art. 51, 78 e 88 da Lei n.º 9.430/96 e art. 9º da Lei n.º 12.973/14.

## 22. Patrimônio Líquido

O Capital Social da EMAP em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 355.781.028,35 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e um mil, vinte e oito reais e trinta e cinco centavos) representado por 355.781.028,35 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e um mil, vinte e oito reais e trinta e cinco centavos) ações nominativas com valor unitário de R\$1,00 (um real), conforme Decreto nº. 35.241 de 3 de outubro de 2019, tendo como único acionista o Governo do Estado do Maranhão.

### **Composição**

*Em milhares de Reais*

<b>Acionista</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
Governo do Estado do Maranhão.	355.781	100	355.781

**a. Reserva de Lucro – Reserva Legal**

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. A Empresa apresenta um saldo de reserva legal no montante de R\$ 20.452 mil em 31 de dezembro de 2019.

**b. Reserva de Lucro – Reserva de Incentivo Fiscal**


Em 17 de dezembro de 2014, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo n.º 0210/2014 que outorga à EMAP o direito à redução do Imposto de Renda de 75% referente ao projeto de modernização da infraestrutura com, fruição para o período de 2014 à 2023.

A Receita Federal homologou o pleito da EMAP em 04 de julho de 2016 considerando a decisão contida no Processo n.º 10320.720342/2015-75 reconhecendo o início do prazo de fruição de 01/01/2014 com prazo total de fruição de 10 (dez) anos, conforme ATO DECLARATÓRIO N.º 16 DE 04 DE JULHO DE 2016 publicado no Diário Oficial da União n.º 142, terça-feira de 26/07/2016. Faz mister mencionar que, em abril de 2019, o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO (ADE) n.º 12 de 2019 veio tornar de ofício sem efeito o ADE n.º 16 de 2016.


\* \* \* \* \*



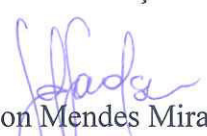
Eduardo de Carvalho Lago Filho  
Presidente



Joabe Domingues Alves  
Gerente de Finanças



Artur Thiago Leda Alves da Costa  
Diretor de Administração e Finanças



Jadson Mendes Miranda  
Coordenador de Contabilidade  
CRC/MA 006540/O-1